



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Versão: 001.P-CSI.ALF: PT/BR

Data: 10 de outubro de 2022





SUMÁRIO

I. DECLARAÇÃO	3
II. TERMOS DA POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	5
1. DEFINIÇÕES	5
2. A QUEM A POLÍTICA SE APLICA	7
3. A QUEM A POLÍTICA SE DIRECIONA.....	8
4. REGRAS DE CONFIDENCIALIDADE	8
5. REGRAS DE TRATAMENTO DE DADOS	10



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Versão: 001.P-CSI.ALF: PT/BR

Data: 10 de outubro de 2022

I. DECLARAÇÃO

A Política de Confidencialidade e Segurança da Informação da **ALF** visa garantir o correto armazenamento e tratamento dos dados pessoais e informações confidenciais dos clientes ou institucionais pela **ALF**, seus Profissionais e Parceiros. Em conformidade com a à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), a Política tem como norte a ideia de que o tratamento dos dados pessoais deve ser concebido para servir as pessoas.

Nesse sentido, o direito à proteção de dados pessoais é compreendido como um direito fundamental, devendo ser respeitado e equilibrado com outros direitos fundamentais, consagrados na Constituição Federal de 1988 e nos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, como, por exemplo, o respeito pela vida privada e familiar, pelo domicílio e pelas comunicações, a liberdade de pensamento, de consciência e de religião, a liberdade de expressão e de informação, a liberdade de empresa, o direito à ação e a um tribunal imparcial, e a diversidade cultural, religiosa e linguística.

Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (GDPR), o rápido desenvolvimento tecnológico e a globalização criaram desafios para a proteção de dados pessoais, aumentando significativamente os níveis de coleta e partilha de dados pessoais. As novas tecnologias permitem que empresas privadas e entidades públicas utilizem dados pessoais em escala sem precedentes em suas atividades e trazem uma nova dimensão e relevância para o uso e compartilhamento de dados pessoais.

Por outro lado, mais e mais indivíduos estão tornando suas informações pessoais públicas e disponíveis globalmente. Muitas vezes os indivíduos compartilham os seus dados pessoais sem muitos critérios ou mesmo não identificam com clareza e facilidade o risco em divulgar estes dados. Nesse sentido, as recentes legislações de proteção de dados, surgem visando compreender e abarcar a nova realidade trazida pelas tecnologias que transformaram a vida econômica e social e ao mesmo tempo garantir um elevado nível de proteção dos dados pessoais



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

Esta inovação no quadro normativo exige também das empresas um quadro interno de proteção de dados mais sólido e coerente, apoiado por uma aplicação rigorosa das legislações aplicáveis sobre o tema e dos códigos e estatutos internos. É a partir desta adequação e coordenação que será possível garantir a segurança e controle do tratamento dos dados pessoais e informações confidenciais. A lei de proteção de dados dá às pessoas o direito de controlar a forma como os seus dados pessoais são utilizados. Quando o **ALF** processa dados dos seus clientes, parceiros ou Subcontratantes constantes no banco de dados da **ALF**, isto é abrangido e regulado pela lei de proteção de dados.

Dessa forma, diante da relevância deste tema, a **ALF** instituiu a Política de Confidencialidade e Segurança da Informação. Para a maioria dos serviços desempenhados em sua atividade profissional, a **ALF** atua como responsável pelo tratamento, tratando os dados pessoais, seguindo, no tratamento destes dados, bem como ao lidar com informações confidenciais, as suas próprias obrigações profissionais e políticas internas rigorosas, dentre elas a referida Política de Confidencialidade e Segurança da Informação. Assim, esta Política tem por objetivo reforçar o compromisso da **ALF** e o dever de seus Profissionais e Parceiros em proteger e dar o tratamento adequado a toda informação confidencial ou dado pessoal ao qual tenham acesso em razão de sua atividade ou de um vínculo com a **ALF**.



II. TERMOS DA POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. DEFINIÇÕES

- A. Agente de Proteção de Dados e Compliance:** pessoa indicada pela **ALF** para garantir o tratamento em conformidade com as legislações aplicáveis de todos os dados e informações confidenciais tratadas pela **ALF** e atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- B. Agente de tratamento:** o controlador e o operador
- C. Banco de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, sensíveis e informações confidenciais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- D. Consentimento:** do titular dos dados, uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento;
- E. Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- F. Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; também é considerado dado pessoal sensível dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, ou vida sexual, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde;
- G. Dados institucional sensível:** informação relativa à **ALF**, a empresa, ou grupo empresarial cuja divulgação possa prejudicar ou de qualquer forma impactar a atuação profissional da instituição, incluindo, mas não se limitando, dados de acesso a contas institucionais, dados técnicos, financeiros, legais ou analíticos, know-how, planos de negócios, preços, métodos e processos, fornecedores, dados de clientes atuais ou potenciais, projetos, etc;
- H. Dados pessoais:** informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular;

- I. Definição de perfis:** qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista em utilizar esses dados pessoais para avaliar certos aspetos pessoais de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspetos relacionados com o seu desempenho profissional, a sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações;
- J. Destinatário:** uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que recebem comunicações de dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro;
- K. Empresa:** uma pessoa singular ou coletiva que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica, incluindo as sociedades ou associações que exercem regularmente uma atividade económica;
- L. Grupo empresarial:** um grupo composto pela empresa que exerce o controlo e pelas empresas controladas;
- M. Informação Confidencial:** qualquer dado pessoal ou institucional sensível, informação pertinente à um contrato sobre o qual a **ALF** atua em razão de suas funções jurídicas, informações que sejam objeto de acordo de confidencialidade celebrado com terceiros, informações institucionais ou de Parceiros que identifiquem ações estratégicas cuja divulgação possa prejudicar a gestão dos negócios ou reduzir sua vantagem competitiva;
- N. Limitação do tratamento:** a inserção de uma marca nos dados pessoais conservados com o objetivo de limitar o seu tratamento no futuro;
- O. Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- P. Regras vinculativas aplicáveis às empresas:** as regras internas de proteção de dados pessoais aplicadas pelo Agente de Proteção de Dados e Compliance da **ALF** às empresas ou grupo de empresas que sejam seus Parceiros ou Subcontratantes, para as transferências ou conjunto de transferências de dados pessoais, sensíveis ou informações confidenciais, necessários à execução de um contrato conjunto, desempenho de atividade coordenada ou à relação de



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

parceria.

- Q. Subcontratante:** uma pessoa singular ou coletiva, empresa, grupo empresarial, a autoridade pública, agência ou outro organismo que tenha relação de prestação de serviços, recorrente ou ocasional, para a **ALF**, seus Profissionais e/ou Parceiros.
- R. Terceiro:** a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, que estão autorizadas pela **ALF**, seus Profissionais, Parceiros ou Subcontratantes a tratar os dados pessoais;
- S. Titular:** pessoa física ou jurídica a quem se referem os dados pessoais, institucionais ou as informações confidenciais que são objeto de tratamento;
- T. Tratamento internacional:** a) O tratamento de dados pessoais que ocorre no contexto das atividades de estabelecimentos em mais do que um País de um responsável pelo tratamento ou um subcontratante, caso o responsável pelo tratamento ou o subcontratante esteja estabelecido em mais do que um País; ou b) O tratamento de dados pessoais que ocorre no contexto das atividades de um único estabelecimento de um responsável pelo tratamento ou de um subcontratante, mas que afeta substancialmente, ou é susceptível de afetar substancialmente, titulares de dados em mais do que um País;
- U. Tratamento:** uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão, ou qualquer outra forma de disponibilização extração, o apagamento ou a destruição;
- V. Violação de dados pessoais:** uma violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento;

2. A QUEM A POLÍTICA SE APLICA

Em geral, a **ALF** desempenhará a função de controlador, por vezes atuando como operador no



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

tratamento de dados pessoais, em razão de sua atividade como escritório de advocacia internacional, contudo poderá eventualmente ser um subcontratante ou terceiro a quem os dados pessoais são compartilhados. Em qualquer destes casos, considera-se a **ALF** um agente de tratamento para os efeitos desta política e de demais legislações de proteção de dados, o mesmo se aplicando aos seus Profissionais, Parceiros e Subcontratantes e aos sócios, diretores, associados, empregados, contratados, fornecedores e representantes da **ALF**, de seus Parceiros e/ou de seus Subcontratantes.

Ademais, também em razão de sua atividade, a **ALF**, seus Profissionais, Parceiros ou Subcontratantes podem ter acesso a informações confidenciais, vinculadas ou não aos seus clientes ou às suas operações. Diante disso, a **ALF**, seus Profissionais, Parceiros, Subcontratantes ou eventuais terceiros a quem estes dados pessoais ou informações confidenciais sejam, por qualquer motivo, transferidos ou compartilhados encontram-se vinculados a todos os termos desta Política, bem como à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) e demais legislações de proteção de dados aplicáveis.

3. A QUEM A POLÍTICA SE DIRECIONA

Esta Política direciona-se à proteção, primordialmente, dos clientes da **ALF** e de seus Parceiros, bem como, em caráter institucional, de toda a atividade da **ALF**, de seus Parceiros e Subcontratantes e dos Profissionais que estejam vinculados a qualquer destas partes.

4. REGRAS DE CONFIDENCIALIDADE

A **ALF**, seus Profissionais, Parceiros ou Subcontratantes poderão, com base na necessidade para a realização dos serviços contratados ou compartilhados, ter acesso a informações confidenciais envolvendo quaisquer dados, anotações, informações financeiras ou estratégicas, documentos, sigla/senhas, técnicas, know-how, desenhos, projetos, plantas, especificações, diagramas, modelos, amostras, fluxogramas ou configurações institucionais. Tais informações não estão disponíveis ao público em geral sendo, portanto, consideradas como informações confidenciais em relação ao meio externo, cuja disseminação e o uso podem vir a causar prejuízo institucional, econômico e/ou moral à **ALF**, aos seus Parceiros e Subcontratantes ou mesmo aos clientes destes. Considerando isso, a presente Política estabelece que:



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

A. As regras de confidencialidade aplicam-se a todos os dados institucionais e às informações confidenciais, de modo a garantir a proteção do titular destes dados ou informações. A concessão de acessos às informações confidenciais deve obedecer ao critério de menor privilégio, no qual os usuários têm acesso somente aos recursos de informação imprescindíveis para o pleno desempenho de suas atividades;

B. Todas as informações acessadas em virtude das atividades desempenhas pela **ALF**, em conjunto ou não com Parceiros ou Subcontratantes, devem ser tratadas como informações confidenciais, não podendo ser divulgadas ou utilizadas para fins distintos daqueles previamente acordados com a **ALF**;

C. A divulgação das informações confidenciais deverá ser restrita aos recursos necessários à realização dos serviços. Nessa hipótese, à pessoa física ou jurídica com quem a informação será compartilhada deverá ser dada a ciência da natureza confidencial dos assuntos e dos riscos decorrentes da infração ao dever de preservação da confidencialidade, em conformidade com esta política;

D. O receptor das informações confidenciais não a utilizará, nem a reproduzirá, por qualquer meio nem para qualquer fim, sem o consentimento expresso e escrito do titular destas informações;

E. Toda informação confidencial disponibilizada pelos clientes, pela **ALF**, por seus Profissionais, pelos Parceiros e/ou pelos Subcontratante, em razão das atividades desempenhadas por estes, deverá ser devolvida ou destruída pelo receptor da informação confidencial, assim que verificado o encerramento das atividades que justificavam o tratamento da informação por aquela parte;

F. As informações confidenciais sobre clientes ou atividades conjuntas, obtidas por Parceiros ou Subcontratantes da **ALF**, em razão de relação contratual ou acordo de parceria, somente poderão ser divulgadas para seus representantes, prepostos, agentes, assessores, colaboradores, dentre outros, que tenham a necessidade comprovada de conhecer tais informações confidenciais para as finalidades aqui previstas. Nesta hipótese, os Parceiros e Subcontratantes comprometem-se a informar àqueles com quem compartilham as informações confidenciais sobre os termos e obrigações desta Política, assumindo, em caso de violação da confidencialidade, a responsabilidade pelas ações tomadas por aqueles que informou;

G. Será considerada violação da confidencialidade qualquer tratamento não autorizado de



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

informação confidencial, tais como coleta, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, comunicação, transferência, difusão, ou qualquer outra forma de disponibilização. A violação da confidencialidade da informação será sancionada em conformidade com as leis aplicáveis, bem como nos termos de eventuais contratos ou acordos entre a **ALF** e seus Profissionais, Parceiros ou Subcontratantes;

H. Não se caracteriza descumprimento desta Política a divulgação de informações confidenciais quando em atendimento a determinações decorrentes do Poder Judiciário ou Legislativo, de órgãos fiscalizadores e reguladores, ou quando a divulgação se justificar, por força da natureza da atividade desempenhada, a advogados e auditores.

5. REGRAS DE TRATAMENTO DE DADOS

A. As regras de tratamento de dados aplicam-se aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis, os quais devem ser tratados de forma ética e sigilosa e de acordo com as leis e normas nacionais e internacionais vigentes, evitando-se o seu mau uso e exposição indevida;

B. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os princípios enunciados na LGPD da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas;

C. Considerando a atividade internacional da **ALF**, esta cumprirá qualquer legislação aplicável relativa a dados pessoais enquanto atuar em país distinto do de sua sede e assegurará, como agente de tratamento, que sempre que os dados pessoais sejam por si tratados, tal seja realizado em conformidade com a legislação local aplicável.

- i. Quando a legislação local relativa aos dados pessoais exigir um nível mais elevado de proteção, tal legislação prevalecerá sobre a presente Política de Confidencialidade e Segurança da Informação.
- ii. Quando não houver lei para a proteção de dados ou a lei não cumprir as normas estabelecidas pelas regras da presente Política de Confidencialidade e Segurança da Informação, a posição da **ALF** será a de realizar o tratamento de dados pessoais em conformidade com as regras da presente Política e da LGPD, em atenção ao princípio da proibição de supressão ou redução de direitos fundamentais.



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

D. A **ALF** coletará apenas a quantidade mínima de dados pessoais necessários para cumprir devidamente a sua finalidade. A **ALF** somente processará dados pessoais que sejam adequados, relevantes e limitados ao estritamente necessário em relação às finalidades para as quais tais dados serão processados;

E. Os indivíduos têm o direito de não estarem sujeitos a uma decisão tomada exclusivamente e de forma automatizada pelo agente de tratamento sobre o tratamento dos seus dados e de conhecer a lógica envolvida nessa decisão, bem como o significado e as consequências previstas de tal tratamento. A **ALF**, seus Parceiros e Subcontratantes tomarão as medidas necessárias para proteger os interesses legítimos dos indivíduos;

F. Em conformidade com o princípio da finalidade e da adequação, o tratamento de dados pessoais deverá ser realizado apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos e se o uso for compatível com as finalidades informadas ao titular dos dados, sem possibilidade de tratamento posterior de forma antagônica, contraditória ou inconciliável com essas finalidades;

G. O tratamento deverá ser limitado ao mínimo necessário para a realização das atividades da **ALF**, de seus Parceiros e Subcontratantes, abrangendo apenas os dados pertinentes proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

H. De forma alguma a **ALF**, seus Parceiros ou Subcontratantes poderão utilizar os dados pessoais, sensíveis ou não, para fins discriminatórios, ilegais ou abusivos. Para mais informações recomenda-se a consulta aos demais códigos e políticas da **ALF** [<https://www.amorimlawfirm.com/termos-legais-privacidade>];

I. O tratamento de dados apenas poderá ser realizado pelo agente de tratamento mediante expresse consentimento do titular destes dados, a menos que a **ALF** tenha bases legítimas para o fazer sem tal consentimento, em conformidade com os requisitos das leis de proteção de dados aplicáveis, particularmente aqueles expressos na LGPD;

J. O titular dos dados deverá ser informado de maneira exata, clara, precisa e facilmente compreensível a respeito do modo como os seus dados serão utilizados, para qual finalidade e de que maneira serão compartilhados com outros agentes de tratamento, se aplicável, observados os segredos comerciais e industriais;

K. A **ALF**, seus Parceiros e Subcontratantes explicarão aos indivíduos, no momento da coleta dos seus dados pessoais, como esses dados serão processados, assegurando que os indivíduos



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

sejam informados de forma clara e abrangente sobre as utilizações e divulgações feitas dos seus dados;

L. A **ALF**, seus Parceiros e Subcontratantes se comprometem a não transferir dados pessoais, adquiridos em razão do banco de dados da **ALF**, para terceiros sem antes assegurar uma proteção adequada dos dados;

M. A **ALF**, seus Parceiros e Subcontratantes se comprometem a manter o seu banco de dados fidedigno à realidade e atualizado.

N. A **ALF**, os seus Parceiros e seus Subcontratantes comprometem-se a garantir aos titulares dos dados tratados por si todos os direitos enunciados no Capítulo III da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD);

O. A **ALF**, os seus Parceiros e seus Subcontratantes declaram o seu compromisso em utilizar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, bem como para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento desses dados pessoais;

P. A **ALF** manterá um registro das categorias de atividades de tratamento por si realizadas, individualmente ou em conjunto com outros agentes de tratamento. As atividades de tratamento susceptíveis de resultar num elevado risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados serão submetidas a uma avaliação de impacto.

Q. Os dados pessoais devem receber a proteção adequada, nos termos desta Política e eventuais legislações aplicáveis, em todo o seu ciclo de vida, que compreende: coleta, geração, manuseio, armazenamento e descarte. A **ALF**, seus Parceiros ou Subcontratantes, cujo profissional seja responsável pelos dados coletados ou gerados, deve garantir que este tenha conhecimento do tempo regulatório de salvaguarda e gerenciar o seu armazenamento e descarte.

R. O descarte dos dados cuja finalidade da coleta já foi cumprida deve ser efetuado de modo efetivo e definitivo, considerando a natureza do banco de dados em que foi armazenado (físico ou digital);

S. A **ALF**, seus Parceiros e Subcontratantes devem garantir o adequado treinamento de seus Profissionais para o tratamento de dados em conformidade com a ética e o profissionalismo, bem como definir o Agente de Proteção de Dados e Compliance responsável por monitorar o tratamento e a conduta interna quanto aos dados pessoais;



POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AMORIM LAW FIRM

T. O Agente de Proteção de Dados e Compliance da **ALF** realizará a gestão de riscos, mediante monitoramento, realização de testes com o objetivo de detectar ameaças e reforçar os controles e criteriosa avaliação anual dos riscos nos tratamentos efetuados pela **ALF**;

U. Qualquer evento que envolva a segurança da informação e/ou a segurança cibernética do banco de dados da **ALF**, de seus Parceiros e Subcontratantes deve, imediatamente, ser reportado ao respectivo Agente de Proteção de Dados e Compliance, que deverá isolar os sistemas impactados de imediato, determinar a extensão dos danos e agir para mitigar eventuais problemas decorrentes;

V. Caso um incidente de segurança envolva dados pessoais de qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais, o evento deverá ser comunicado à autoridade nacional se ocorrido em país diverso do Brasil, à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) e ao titular dos dados.

Caso tenha quaisquer dúvidas ou questões relativas às disposições desta Política de Confidencialidade e Segurança da informação, aos seus direitos ao abrigo desta Política ou quaisquer outros problemas relacionados à privacidade de dados ou segurança de informações confidenciais, recomendamos que entre em contato com a **ALF** através dos canais de comunicação [<https://www.amorimlawfirm.com/compliance>] ou do e-mail [compliance@amorimlawfirm.com]. O Profissional da **ALF** responsável tratará do assunto ou o encaminhará para a pessoa ou departamento apropriado dentro da **ALF**.

Para mais informações, aconselhamento e orientações sobre as regras de conduta e valores éticos da **ALF** aconselha-se a leitura atenta do Código de Ética e Conduta e da Política Anticorrupção e de Boas Práticas, disponíveis no link [<https://www.amorimlawfirm.com/termos-legais-privacidade>]. Recomenda-se também aos Profissionais, Parceiros ou clientes a leitura atenta também do Código para obter mais.